

A Memória Afetiva de Estudantes LGBTQIA+ no Ensino Fundamental II e o Espaço

Escolar: O caso de uma Escola de Tempo Integral em Maracanaú - CE

Edjango (Fabiola) Lima Freitas (UNILAB) *

Prof. Me. Leonardo Tolentino Lima Rocha (UFMG) **

Resumo: Este trabalho propõe a leitura do espaço escolar como arena para (re)construção das relações afetivas de estudantes LGBTQIA+, dando ênfase as práticas espaciais em articulação ao protagonismo desenvolvido pelos mesmos, afim de superarem as hostilidades cotidianas. Pois acreditamos na não exclusão imposta pelos padrões socioculturais heteronormativos e hegemônicos que vêm pressionando nas últimas décadas um apagamento por parte de políticas educacionais que se posicionem claramente sobre a inclusão e diversidade no âmbito das discussões de gênero e sexualidade. Elegemos o conceito de Território como direcionamento para o estudo, visto que as práticas espaciais se tornam experiências “marginais” implicando na transposição de fronteiras, geração de conflitos e na construção de territorialidades a partir de relações de poder. A fundamentação teórica gravita em torno dos conceitos de Território, Afetividade, Gênero e Sexualidade e da concepção de Geografia Maldita, tendo como referências: SILVA, ORNAT & CHIMIN JÚNIOR (2013); THIOLENT (1986); ABRAMOVAY (2015), FERRAÇO (2007), FOUCAULT (2006) e FREITAS (2021), que faz a discussão sobre o espaço escolar estudado. A metodologia baseia-se na pesquisa-ação, presente no cotidiano de muitos professores, e se desdobra em um conjunto de práticas educativas a partir de uma realidade vivida. O resultado surge a partir da análise da oficina geográfica, apresentados por atividades, questionário, entrevistas e depoimentos. Acreditamos que este trabalho contribua para o processo de luta por uma educação inclusiva que preze pelo respeito à diversidade no ambiente escolar e o fortalecimento das territorialidades de educandos LGBTQIA+.

Palavras-chave: Afetividade. LGBTQIA+. Gênero. Geografia. Sexualidade.

Abstract: This work proposes the reading of the school space as an arena for (re)build affective relationships of LGBTQIA+ students, emphasizing spatial practices in articulation to the protagonism developed by them, in order to overcome daily hostilities and offenses. Whereas we believe in the non-exclusion imposed by heteronormative and hegemonic sociocultural patterns that have been pressing in recent decades for an erasure on the part of educational policies that clearly position themselves on inclusion and diversity in the context of gender and sexuality discussions. We chose the concept of Territory as a direction for the study, considering that spatial practices become “marginal” experiences, implying the transposition borders, creating conflicts and the construction of territorialities based on power relations. The theoretical approaches revolves around the concepts of Territory, Affectivity, Gender and Sexuality and the concept of Cursed Geography, as references: SILVA, ORNAT & CHIMIN JÚNIOR (2013); THIOLENT (1986); ABRAMOVAY (2015), FERRAÇO (2007), FOUCAULT (2006) and FREITAS (2021), which discusses the school space studied. The methodology is based on action research, present in the daily lives of many teachers, and analysis in a set of educational practices based on a lived reality. The result arises from the analysis of the geographic workshop, presented by activities, questionnaire, interviews and testimonials. We believe that this work contributes for the process of fighting for an inclusive education that values respect for diversity in the school environment and the strengthening of the territorialities of LGBTQIA+ students.

Keywords: Affectivity. LGBTQIA+. Gender. Geography. Sexuality.

* Prof. da Rede Municipal de Ensino de Maracanaú – CE, Mestre em Ensino de Geografia pelo GEOPROF – UFRN e discente no curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, ofertado pela Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: edjangofreitas@yahoo.com.br / emaildafabiolaofreitas@yao.com

** Artigo elaborado e apresentado, sob orientação do Prof. Me. Leonardo Tolentino Lima Rocha (UFMG), como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, ofertado pela Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Linha de pesquisa: “Corpo, Gênero, Sexualidade e Escola”.

1. INTRODUÇÃO

Viver a experiência de ser uma criança/adolescente LGBTQIA+ inserida em um mundo heterocisnormativo não ajuda a construir boas memórias, mas sim estratégias de autoapagamento. Essas saídas subjetivas são criadas como cortinas de fumaça para se desviarem olhares castradores que, em todos os momentos, julgam o que seriam comportamentos corretos ou errados. Essa situação se passa seja dentro de um microcosmo que é a comunidade escolar, quanto no bairro de moradia, nos lugares de lazer, isto é, em todos os espaços coletivos onde as pessoas LGBTQIA+ são apontadas como desvio ao padrão vigente.

Desta maneira, a fim de não chamar atenção e assim conseguir ter uma “vida escolar de paz”, buscar a invisibilidade passa a ser o caminho mais fácil, gerando por vezes memórias ruins desse período singular da vida, que podem inclusive fazer parte negativamente do seu desempenho escolar. Sendo obrigados a calar para não “chamar a atenção” e assim conseguir viver sem a constante sombra do *bullying* LGBTQIA+fóbico, dentro de seus armários particulares, vislumbrando um futuro não tão próximo, onde possam ser elas mesmas e construir novas memórias afetivas, aquelas onde possam paquerar, namorar, andar de mãos dadas, sorrir livremente etc. Sobre essa questão, Lopes (2009) afirma que

Muitos não sentem necessidade de falar de sua sexualidade, mas fez uma enorme diferença para mim não só saber que eu gostava de homens, o que sabia desde criança. Compartilhar esta experiência, mesmo sem precisar dizer com todas as palavras, foi perturbador. Eu estava lá. Certamente não escreveria o que venho escrevendo, não teria começado a falar em sala de aula e em congressos, se não tivesse passado por esta experiência. Foi desta experiência que se construiu a percepção de que minhas responsabilidades como intelectual, gay e brasileiro não podiam se restringir ao de um intelectual orgânico, vinculado a um grupo social, sem levar em consideração complexos processos de exclusão e inclusão social. Não se trata de buscar aceitação e integração numa sociedade injusta, em que o termo gay se restringirá a só mais um rótulo numa sociedade de segmentação de mercado. (p. 357)

Experiência proporcionada a partir da liberdade de ser quem realmente é, poder falar sobre si e não ter vergonha de se expor. Que somente só pode ser sentida naturalmente por pessoas heterocisnormativas e que vivem dentro de um padrão social patriarcal, negada aos estudantes que não estão encaixados nesses moldes.

Diante desta dura realidade – presente nos atravessamentos da maioria dos personagens LGBTQIA+ que se encontram na fase estudantil do Ensino Básico – é que pensamos esse texto. É importante ressaltar, que o texto a seguir não é escrito a partir da visão não só de pesquisador, mais ainda a partir das experiências educacionais, que aqui são colocadas também a partir da perspectiva de educador, bem como das minhas vivências em sala de aula, como estudante em constante processo de construção e transição.

Histórico que foi se desenhando paralelamente as minhas descobertas, nos processos de idas e vindas do trânsito Travesti – a porção minha que foi silenciada até a Universidade –, que cresceu

sem adolescência e desabrochou para um mundo de possibilidades e autoafirmações que não conseguiram acompanhar o processo de transição hormonal sem acompanhamento médico especializado. E aí, voltamos mais uma casa no jogo da vida e do autoconhecimento, encontrando novas formas de sobreviver sob as lentes do espaço vivido heteronormativo.

Em face de minhas vivências (eu me autoafirmando homem Gay, Transgênero), vejo como relevante contribuir com as atuais e futuras gerações através deste trabalho, propondo pensar de que maneira a memória afetiva desta minoria é construída entre os muros e normas escolares na contemporaneidade.

Esse artigo tem como objetivo descrever, compreender e analisar de que maneira os estudantes LGBTQIA+ constroem suas espacialidades afetivas em uma escola de tempo integral no Ensino Fundamental II. Essa proposta surge a partir de uma pesquisa anterior feita durante o Mestrado Profissional em Geografia (GEOPROF) da Universidade Federal do Rio Grande no Norte (UFRN). Intitulada “Territorialidades LGBTQIA+ na Educação Básica: A Oficina Geográfica de Gênero e Sexualidade como Ferramenta de Luta e Resistência”, realizada no período de 2018 a 2020, a pesquisa teve como campo a mesma escola, apesar de contar outra realidade. Trata-se da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Tancredo Neves, situada em Maracanaú – Ce.

Desta forma, pretendemos utilizar a decodificação concedida pela ciência geográfica, tendo como gênese as relações socioespaciais, construídas segundo a visão afetiva de estudantes LGBTQIA+, pois segundo Milton Santos (2006), sendo o espaço geográfico artifício de estudo da Geografia, temos:

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnoesfera e uma psicoesfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local. (SANTOS, 2006, p. 12 e 13).

Portanto o espaço geográfico é lido como localidades, relativamente delimitado, onde ocorrem atuações e interações dos seres humanos. Apresentando-se de diversas formas e tamanhos e tendo a influência eminente das corporeidades humanas em sua transformação, através de objetos e técnicas. Sendo percebido em construção latente na escola com inúmeras funções e acolhimentos, em ambiências individuais, coletivas e bivalentes.

Durante o desenvolvimento da pesquisa no Mestrado, entendemos que através da Geografia como disciplina, muitas vezes tendo como base a observação analítica dos acontecimentos em seus

alicerces conceituais, a descrição de fatos relacionados a acontecimentos físicos e/ou sociais não satisfaziam a nossa ânsia dentro das discussões de temáticas vistas como novas e singulares.

Utilizando o espectro de Lugar em Geografia, obteremos uma visão intimista na pesquisa e poderemos perceber as tensões que surgem na escola durante as relações vividas no cotidiano desse ambiente. Pois segundo Tuan (1983):

O lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lado para outro; é um objeto no qual se pode morar. [...] é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar. (TUAN, 1983, p. 14).

Para trabalharmos as temáticas de gênero e sexualidade era eminente e se exigia uma metodologia que agisse ativamente nesse processo de aprendizado, colocando os/as estudantes como protagonistas de suas histórias. Desta maneira, surgiram o *Grupo de Estudos Geografia, Gênero e Sexualidade* e a *Oficina Geográfica de Gênero e Sexualidade na Contemporaneidade*. Estes, por sua vez, foram a base para a estruturação da metodologia desenvolvida durante a pesquisa, que para melhor compreensão se fez necessário a utilização de procedimentos que serviram para promover o trabalho de difusão dos conhecimentos e, mais ainda, a utilização da pesquisa-ação.

Segundo Michel Thiollent (1986), pode-se definir a pesquisa-ação como uma prática investigativa que envolva parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Assim, “é preciso que a ação seja uma ação não-trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida” (THIOLLENT, 1986, p. 15). Neste sentido, o pesquisador torna-se ativo no processo de percepção e elucidação dos problemas encontrados, acompanhando de maneira próxima o desenvolver do trabalho, inclusive de maneira avaliativa. Esse método se mostrou eficaz graças a relação entre professor-pesquisador e os sujeitos atuantes na pesquisa. Onde a estática deu abertura a ação participativa no processo de produção cognitiva, chegando aos resultados através de trabalhos produzidos pelos/as estudantes após o desenvolvimento da Oficina.

Advindo das exposições feitas anteriormente, a pesquisa justificou-se pela observância dos casos de violência vividos pelos/as estudantes LGBTQIA+ na escola e suas proximidades. Essa situação de violência era observada e expressada nas falas e no cotidiano da sala de aula durante os meus sete anos de trabalho em uma escola de tempo integral no município de Maracanaú-CE e no desenvolver da pesquisa de Mestrado, através de entrevistas e questionário aplicado com os/as estudantes LGBTQIA+. Esse contexto observado e vivenciado na escola corrobora com aquilo que é apontado em outras pesquisas: a LGBTfobia é um dos principais motivos de repulsão e evasão deste público das escolas (ABRAMOVAY et all, 2015; EUROPEAN COMMISSION, 2011 apud SOUZA, 2013). Conseqüentemente, o preconceito e a discriminação por orientação sexual e

identidade de gênero contribuem significativamente para a construção de memórias afetivas negativas nesses espaços.

Contudo, no decorrer desse artigo pretendemos argumentar que não somente as percepções negativas permeiam o imaginário afetivo deste grupo de estudantes. Podemos perceber ainda a existência da construção de espacialidades afetivamente positivas, sendo essas efetivamente percebidas no decorrer da pesquisa desenvolvida que agora relatamos nesse texto.

Desse modo, esperamos contribuir para o desenvolvimento de um trabalho salutar na inclusão dos/as estudantes LGBTQIA+. A pesquisa desenvolvida mostra a necessidade de trabalharmos a afetividade no interior e no entorno do espaço escolar, tendo como foco de compreensão as relações de utilização e percepção do Espaço Geográfico dentro das lentes conflitantes: heteronormatividade x reconhecimento/respeito à diversidade sexual; estudantes preconceituosos x estudantes LGBTQIA+. Esse trabalho foi desenvolvido a partir de uma metodologia educacional baseada numa articulação que prega uma pedagogia ativa, proporcionando o protagonismo estudantil, dando ênfase às práticas que trabalham as relações afetivas, correlacionadas ao espaço geográfico.

O empreendimento investigativo que aqui relatamos partiu da pesquisa preliminar (realizada no Mestrado) e do fato de que a escola pesquisada se encontra em uma nova fase estrutural de trabalho, sendo agora uma Escola Cívico-Militar (ECIM). Esse fato, abre novos horizontes e desafios de pesquisa com perspectivas diversas sobre as construções territoriais generificadas que estão sendo introduzidas com as novas diretrizes decorrentes dessa mudança.

Levando em consideração tais mudanças, fazia-se eminente a necessidade de atualizar e construir novas análises acerca de como a disciplina de Geografia, através de uma leitura que aborde Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, pode contribuir positivamente nesse processo de fomento do pensamento crítico espacial. Para tanto, seguimos algumas indagações: Como essas memórias são construídas? Elas existem? A LGBTfobia deixa que elas sejam construídas? Quando essas memórias saem do armário? Elas são permitidas de serem construídas no espaço escolar? As invisibilidades destas memórias afetivas as anulam? Só se permitem a manifestação dessas memórias no espaço escolar através das manifestações artísticas? De que maneira as expressões de gênero, a partir das identidades LGBTQIA+, são percebidas pela Comunidade Escolar?

No sentido de lançar luz sobre estes questionamentos, a pesquisa se desenvolveu dentro de uma vertente que explorou as expressões que os estudantes têm do espaço escolar a partir das suas visões, construídas nas relações com todos os membros da comunidade escolar. As perspectivas dos estudantes se expressaram através de atividades lúdicas, que proporcionaram a representação das relações estabelecidas entre estes indivíduos e os ambientes onde circulam.

2. Conversando sobre o tema

Optamos para que a abordagem das questões supracitadas se desse por meio de expressões artísticas além das respostas obtidas através da aplicação de questionários e, conseqüentemente, a tabulação de dados, gerando gráficos e tabelas no intuito de facilitar a leitura e discussão das questões colocadas sobre as relações socioespaciais estabelecidas entre os estudantes LGBTQIA+ e os outros membros da comunidade escolar.

Queremos através deste trabalho subsidiar meios de quebrar o pacto silencioso existente em nossa sociedade, através de ações efetivas dentro da disciplina de Geografia juntamente com as discussões de Gênero, Diversidade e Direitos Humanos que venham a desestruturar o silêncio ensurdecido acadêmico e das formações continuadas educacionais. Pois ainda vemos uma reprodução patriarcal predominante em vários segmentos de nossa sociedade, partindo das famílias e sendo chancelado nas instituições responsáveis pela formação cultural, religiosa e educacional, onde se domestica a aceitação de quem representa esse padrão excludente, assim como colocou FOUCAULT (2006):

[...] que diz respeito à família, à universidade e, de um modo geral, a todo o sistema escolar que, aparentemente, é feito para distribuir o saber. É feito para manter no poder uma certa classe social e excluir dos instrumentos do poder qualquer outra classe social. As instituições de saber, de previdência e de cuidados, tais como a medicina, ajudam também a sustentar o poder político. (FOUCAULT, p.114, 2006).

A Geografia por ser uma Ciência que trabalha o Espaço Geográfico leva-nos também a refletir sobre o *CISstema* que rege a nossa sociedade e conseqüentemente dita as normas educacionais de nosso país. Aqui, o *CISstema* é compreendido como o sistema social comum a todos em nossa sociedade, porém sendo aquele que habitualmente favorece as pessoas cisgênero em detrimento de pessoas LGBTQIA+. Segundo Viviane Vergueiro Simakawa (2015):

A corruptela ‘cistema’, entre outras corruptelas do tipo, têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’. (SIMAKAWA, 2015, p.15).

Via de regra, temos uma educação falocêntrica e patriarcal, que exclui todas as discussões que possam tirar o foco da masculinidade frágil, ou seja, tudo aquilo que dê abertura sobre gênero e sexualidade. Nos cursos de Licenciatura de Geografia isso não é diferente, sendo perpetuado assim na maioria deles uma visão heterocisnormativa, que exclui essas necessidades contemporâneas e urgentes de debate ou, simplesmente, minimiza a discussão colocando-a em algumas disciplinas com pouquíssimos textos genéricos sobre tais temáticas.

Sabemos que, em governos anteriores, tínhamos uma abertura maior para introduzir tais temáticas através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Temas Transversais, inclusive com incentivos junto as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. De acordo com a mudança

vigente de governo e perspectivas avessas a estas pautas, nós temos total apagamento dos assuntos, que atualmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são omitidos e invisibilizados, por conseguinte, não há nenhum incentivo para serem trabalhados pelas Secretarias de Educação e muito menos em sala de aula. Segundo o Relatório Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social (2021):

A pesquisa realizada por Fernanda Moura e Renata Aquino, do Movimento dos Professores contra o Movimento Escola sem Partido, identificou, até o final de 2020, sessenta e dois (62) projetos de lei exclusivamente antigênero sendo processados em nível de estados e municípios, além de outras quarenta e quatro (44) disposições da lei estadual e municipal promovidas por grupos antigênero em parceria com o movimento Escola sem Partido. No Congresso Nacional, foram apresentadas vinte e três (23) disposições que se remetem à linguagem do Escola sem Partido ou a legislações antigênero. (Relatório Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social, 2021, p. 31).

Cabe a nós educadores, que estamos no chão da escola, nos apropriarmos da legislação educacional, encontrarmos brechas para introduzirmos tais conteúdos, dentro de nossa disciplina (através de temáticas que sejam interligadas e sugerirmos junto aos núcleos de formação das Secretarias de Educação a necessidade de formações sobre tais temáticas, mostrando a realidade latente nas escolas que está permeada de *bullying* LGBTQIA+fóbico, de violência de gênero, de violência doméstica e familiar etc. Diante da defesa de crianças e adolescentes o Supremo Tribunal Federal – STF diz que:

As decisões do STF, ao julgar onze ações das dezesseis leis que tratam de leis municipais e estaduais inspiradas em propostas do movimento Escola Sem Partido, em sua maioria, leis antigênero, reforçaram a legitimidade dos marcos legais que sustentam a abordagem de gênero e sexualidade na educação brasileira⁶⁶ e determinaram, entre outros pontos, ser inconstitucional a atuação persecutória desses movimentos contra o professorado que aborda gênero e sexualidade na perspectiva dos direitos. As decisões também afirmaram ser dever do Estado brasileiro garantir a educação em gênero e sexualidade como forma de prevenir o abuso sexual e a violência doméstica contra crianças e adolescentes [nota 67]; e estabeleceram a fronteira entre os direitos das famílias e os direitos das crianças e adolescentes de acessarem conhecimentos humanísticos e científicos nas escolas mesmo que contrários às doutrinas religiosas e políticas de suas famílias como parte do seu direito constitucional à formação cidadã. (Relatório Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social, 2021, p. 33).

Diante de tais problematizações que se tornam eminentes ao ambiente escolar, trazidas por uma frente governista deturpada por falsos valores conservadores e que entram em choque com o que preconiza as Ciências Humanas, que buscam encaminhamentos socioeducativos de respeito universal, como ainda dentro da disciplina de Geografia, esta por sua vez que é importante na formação cidadã de pessoas compromissadas com uma sociedade igualitária e sem discriminações de qualquer natureza. Desta forma devemos buscar caminhos capazes de vencer esses obstáculos que excluem através de normatizações e abrirmos portas para discussões que precisam estar presentes na escola independente da visão política governamental.

Independente do tamanho da escola e do local onde ela se encontra, independente da visão de mundo de cada gestor ou professor, a organização disciplinar é sempre a mesma ou é parecida. O objetivo é mapear o espaço e criar regras de funcionamento, mas a intenção não é só vigiar, não é só “romper as comunicações perigosas”, é “criar um espaço útil” que seja eficaz e eficiente. Os elementos, como dizia Foucault, são intercambiáveis; os indivíduos podem até estar separados, mas nunca estão sozinhos e não fazem o trabalho por conta própria, “cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros”. Há sempre uma organização e uma classificação que o coloca em uma posição, em uma fila. (ANDRADE, 2012, p.140 e 141).

Não queremos uma escola excludente, que rompe com a realidade de cada estudante diante da normatização segmental generificada. Portanto, o presente trabalho parte do estudo de espaços construídos por um público peculiar ao ambiente escolar, indivíduos que são considerados desviantes aos padrões heteronormativos. Na pesquisa, estas localidades passaram a ser denominadas territórios *ditosos*, partindo do pressuposto de que existe uma disputa desigual estabelecida entre os que se afirmam heterossexuais e os que não se encaixam neste padrão, mas que mesmo assim a afetividade LGBTQIA+ é capaz de consolidar boas memórias no ambiente escolar.

Apresentamos aqui a necessidade de trabalharmos a questão afetiva de pessoas LGBTQIA+ a partir das lentes das Ciências Humanas na educação e mais especificamente, da Geografia, como disciplina que tem como objeto de estudo o Espaço Geográfico. Dentre suas Categorias de Análise, podemos adotar o território como sendo a faceta que nos levará a compreensão de como essa dinâmica invisibilizada por nossa sociedade se mantém resistente através de suas memórias afetivas no Ensino Fundamental II.

Utilizamos a “geografia maléfica” para tentarmos traduzir a existência de territórios (mal)ditos, pois reconhecemos um conjunto de disputas vivenciadas pela coletividade LGBTQIA+ que busca existir diante de práticas estabelecidas pelos indivíduos que se afirmam heterossexuais e configuram um padrão heteronormativo produtor de normas, regras e comportamentos, revelando que: “o poder está no centro da análise, o poder é a chave, em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (RAFFESTIN, 1993, p.1).

Quando nos propomos a trabalhar a ciência geográfica na sala de aula a nível de Educação Básica, podemos seguir vários caminhos que muitas vezes nos parecem cômodos diante dos padrões dominantes impostos pelo patriarcado. As discussões apresentadas pela professora Joseli Silva – e mais ainda, todo seu material escrito que nos são fortes alicerces – , juntamente com outros autores como o próprio professor Alaides Chimim e até mesmo Márcio José Ornat são exemplos perspectivas que trabalham referências de Geografia, Gênero e Sexualidade, organizam um apanhado de experiências que retratam não só relatos científicos como ainda a visão afetivo-espacial de sujeitos LGBTQIA+, podendo assim contribuir de maneira positiva na leitura espacial e na percepção inclusive dentro do ambiente escolar, a partir do processo de exclusão destes corpos da educação.

As sexualidades dissidentes foram consideradas malefícios, e muitas pessoas foram punidas por viverem desejos considerados impuros. Assim, trazer o “malefício” como objeto científico tem sido uma árdua tarefa de nosso cotidiano acadêmico, porque nós somos os sujeitos que estão colocando em jogo a ideia de “pureza” da ciência e maculando, desse modo, a nobreza do lugar de honra em que todo o campo de saber se colocou, socialmente. As malditas geografias são as práticas científicas que ameaçam a pureza da ciência geográfica, abordando temas e sujeitos desconsiderados nesse campo por não serem dignos de ter a espacialidade de sua existência reconhecida (SILVA et all, 2013, p.12).

A abertura proporcionada pela interseccionalidade que meandra com os saberes geográficos nos apresenta horizontes que alavancam discussões suleadoras sobre essas “novas geografias” que se desprendem da vertente universitária roteirizada na visão eurocentrada. Nos proporcionando novos e reais horizontes que proporcionam maior intimidade com a população marginalizada pelo academicismo prevalente durante tantas décadas.

Partindo dessas inspirações podemos ter estratégias provenientes das geografias feministas e como também das discussões de gênero e sexualidade, que busquem pensar uma Geografia escolar mais inclusiva, que veja as minorias excluídas como os grandes agentes construtores deste espaço educacional. Podemos trabalhar em sala de aula com metodologias ativas, que coloquem nossos estudantes como protagonistas de seus espaços.

Iniciaremos a partir dos materiais básicos didáticos, mas sempre utilizando suas realidades como pano de fundo para a apuração crítica do que discutimos e mais ainda, colocando sempre que possível a pauta de gênero e sexualidade que tanto é necessária na educação contemporânea.

3. Metodologia (Método)

Esta fase da pesquisa se desenvolveu a partir de uma metodologia que valoriza a prática cotidiana. O trabalho se deu de tal forma que proporcionou em seu processo o direito de fala, possibilitando eticamente que os atores desta realidade pudessem se manifestar numa relação de confiança. Possibilitando assim, que a riqueza de informações pertencente a esses espaços fosse revelada.

3.1.Procedimentos éticos

Elaborar um trabalho científico demanda empenho e responsabilidade empregados pelo cientista, originando-se no levantamento da hipótese, percorrendo a metodologia adotada no desenvolvimento desta, até chegar na busca de prováveis resultados. Para tanto os procedimentos a serem seguidos devem ser pautados dentro de normas éticas que regem legalmente esse processo e garantem a lisura empregada durante as práticas até a escrita e publicação do apanhado feito no processo de estudo. De acordo com Diniz (2008), as discussões sobre ética em pesquisas nas Ciências Humanas foram bastante vigorosas na década de 1980 nos Estados Unidos, vindo posteriormente de maneira semelhante para o Brasil. Ressaltando que:

Nos dois países, houve uma recusa em reconhecer o modelo biomédico de regulação da ética em pesquisa com seres humanos como válido para as pesquisas qualitativas em Ciências Humanas, em particular para as que utilizam técnicas de entrevista ou registros etnográficos (DINIZ, 2008, p. 418)

Desta maneira compreendemos que mesmo sendo sugestionado o modelo de pesquisa biomédicas, a aplicabilidade para as Ciências Humanas não se adequa à risca aos procedimentos adotados para esta área de conhecimento. Mas devemos sim seguir parâmetros que respeitem a lisura no processo de apuração de dados, respeitando todos os envolvidos no desenvolver do trabalho, inclusive preservando suas identidades sempre que possível.

O presente trabalho seguiu o método de pesquisa-ação, e em seu desenvolvimento a metodologia empregada teve que estruturar o contato direto com os personagens centrais que são estudantes LGBTQIA+ em uma escola de tempo integral, dentro do cotidiano, para que desta maneira conseguíssemos observar as relações estabelecidas por estes indivíduos como o espaço geográfico e todas as outras pessoas que formavam a comunidade escolar.

À vista disso tivemos que seguir as etapas sugeridas pelo Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga, da Associação Brasileira de Antropologia (2011/2012), no qual coloca que as pessoas estudadas devem ser informadas sobre a natureza da pesquisa, podendo recusar-se a participar, direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais. Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado. Como todas os esclarecimentos e metodologias cabíveis ao respeito e preservação de sua identidade e dignidade.

Para tanto adotamos os seguintes procedimentos:

- ✓ Preservar as identidades dos estudantes durante o processo de aplicação dos questionários (O mesmo foi aplicado online e sem a necessidade de identificação);
- ✓ Disponibilizar segurança aos mesmos para se sentirem à vontade através de uma conversa coletiva em sala de aula onde foram esclarecidas dúvidas sobre o questionário;
- ✓ Cautela e atenção no processo de levantamento e revisão bibliográfica, iniciando com o estado da arte, para realizar um levante de possíveis autores que contribuísem positivamente na escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
- ✓ Revisão das referências bibliográficas adotadas, citando corretamente os autores, seguindo as normas da ABNT e as propostas pela UNILAB, respeitando o direito autoral e fomentando um processo salutar para as Ciências Humanas e pesquisa educacional cearense.

Como esta fase da pesquisa é derivada de um outro estudo realizado no Mestrado, os procedimentos foram iniciados através de conversas com a Gestão da escola, após análise do Projeto Político Pedagógico da EMEF Presidente Tancredo Neves. Nessa ocasião, foram apresentados o projeto de pesquisa e a necessidade de implementar um grupo de estudos com os alunos que se

identificavam como LGBTQIA+. Após a formação do grupo e a partir das experiências discutidas, foi pensado o desenvolvimento de uma oficina geográfica de gênero e sexualidade.

Todos os estudantes que ingressam na escola passam por entrevista junto a gestão e assinam um termo de utilização de imagem, juntamente com seus responsáveis, para trabalharmos projetos educacionais na escola, facilitando a conversa sobre a implementação da oficina. Depois foi passada informações sobre o desenvolvimento da pesquisa para os estudantes. Em seguida, após o desenvolvimento da oficina, foram aplicados questionários e entrevistas foram. Os dados foram tabulados pelo grupo de estudos e analisados por nós para apresentação na feira de ciências da escola, para toda a comunidade escolar onde podemos expor os resultados para todos os segmentos da Comunidade Escolar.

3.2.Meandros da metodologia aplicada

Trabalhar com a investigação cotidiana nos proporcionou ainda assumir limitações perante a confrontação com o outro, podendo nos levar a um possível estranhamento através de nossos sentidos. Ainda mais dentro de uma realidade que nos colocou em constante confronto com a temática pesquisada, já que trabalhamos em um ambiente inicialmente hostil a discussões de gênero e sexualidade, por se tratar de uma realidade nova perante a implementação de uma infraestrutura Cívico-Militar na escola estudada.

Segundo FERRAÇO (2007) para tornarmos a pesquisa leve em sua perspectiva, dando conta de nós mesmos e dos outros sujeitos, devemos estar atentos aos discursos não oficiais que fluem pelo ambiente pesquisado, ou seja, aqueles discursos não ditos, os que possuem suas explicações nas práticas cotidianas. São discursos das microdiferenças, esperando para serem proferidos, para se apresentarem ao pesquisador em suas transgressões. Outras vezes podendo até ser encarados como “malditos”, pois nos propomos a fazer a leitura das nuances impostas não só nas falas, mas também das ações.

No desenvolver do processo educacional em sala de aula, após um período pandêmico – em que passamos um ano e sete meses afastados fisicamente da escola pesquisada –, voltamos para uma nova realidade, inclusive com novos integrantes na Comunidade Escolar (monitores militares provenientes da reserva das forças armadas) e novas regras comportamentais trazidas pelos mesmos. Crescimento desse modelo vem sendo observado em todo o Brasil, assim como aponta o trecho a seguir, de acordo com o Relatório Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social (2021):

Esse súbito crescimento, que já refletia a repolitização de setores militares mencionado na introdução, ganharia uma nova escala a partir de janeiro de 2019, não só por que as forças que apoiam as ECM chegaram ao poder mas também como reflexo pela ocupação de postos civis do aparato federal por militares, que desde então cresceu significativamente em todos os setores inclusive na educação. ⁷⁶ No bojo da dinâmica mais ampla de remilitarização das

políticas públicas, em 2019 foi lançado o Programa Nacional de Implantação de Escolas Cívico-Militares, promovido pelo Ministério da Educação.⁷⁷ Desde então, 643 municípios (cerca de 12% de todos os municípios) e 16 estados (cerca de 60%) aderiram ao programa.⁷⁸ (Relatório Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social, 2021, p. 40).

Tais atores têm nos colocado em constante processo de observação dos discursos não ditos e nas falas implícitas que podem ser silenciadoras no processo educacional libertador. Sabemos que, juntamente com o processo de mudanças acarretados pela “nova dinâmica educacional” trazida pelo cunho militar, vêm junto as regras comportamentais e de vestimentas, além das práticas de civismo e o embutimento sorrateiro do cristianismo implícito nas homilias de acolhimento utilizadas nos momentos coletivos de recepção do alunado. Isso tem se dado, principalmente através do cunho afetivo-emocional que tem se disfarçado de compadecimento com o flagelo da COVID-19.

Tanto o ensino doméstico quanto as Escolas Cívico-Militares - para além de outros efeitos problemáticos para a proteção e exercício do direito à educação e dos demais direitos humanos – são políticas que derivam ou estão intimamente relacionadas as cruzadas contra a “ideologia de gênero” deflagradas no país desde o começo dos anos 2010. Entre os argumentos brandidos pelas forças ultraconservadoras a favor dessas modalidades de educação uma motivação central é a “proteção” das crianças e adolescentes da “contaminação”, “balbúrdia” e “desordem que, segundo essas vozes, estaria dominando o ambiente das escolas”. (Relatório Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social, 2021, p. 41).

O estado do Ceará foi um dos 16 a aderir a este Programa do Governo Federal e o único do Nordeste no ano de 2019, onde apenas dois municípios buscaram adesão, sendo eles Sobral e Maracanaú. A oficialização da implementação da metodologia cívico-militar se deu com a chegada da nova gestão municipal no ano de 2021. Vale salientar que a escola estudada já se encontra em trabalho no tempo integral com os estudantes desde 2012, se destacando nas avaliações internas municipais e externas em nível estadual e federal, derrubando a falácia de que esse tipo de Programa só seria implementado junto a comunidades de vulnerabilidade social alta e com índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) abaixo da média, pois a mesma já vem figurando bons resultados a um bom tempo, inclusive entre os primeiros lugares municipais.

Enquanto a escola acena com uma cultura oficial, as juventudes olham por cima das fardas, desviando o olhar e o corpo das regras estabelecidas. Enquanto a escola, ou parte dela, tenta adestrar o corpo e o pensamento, ao estilo do exército e do acampamento militar, as juventudes invadem cada centímetro do espaço e reorganizam o território com novas sensibilidades. Essa estética ou essa poética do espaço, que também podemos chamar de “mundo da cultura”[...]. (ANDRADE, 2012, p.231).

Conseguimos então perceber aqui pensamentos da gestão municipal que coadunam com o atual Governo Federal, exatamente aquela visão castradora que impõem o preconceito através da não discussão livre em sala de aula sobre vários assuntos como o sexismo, racismo, xenofobia, LGBTfobia, capacitismo, dentre outros. Onde durante o processo de desenvolvimento do trabalho,

cotidianamente, nos vimos agindo de maneira a não entrarmos em confronto direto com essa nova realidade recentemente introduzida.

Ainda conforme FERRAÇO (2007), pesquisar o cotidiano é compreender as redes de tessituras que envolvem o local, considerando os sujeitos como protagonistas na pesquisa, e não apenas objetos a serem analisados. Além disso, ressalta: “Qualquer imposição temática, qualquer desconsideração com relação às questões que estão sendo tecidas pelos sujeitos resulta em ‘descredenciamento’ (que na maioria das vezes não é verbalizado) de nossas pesquisas pelos sujeitos cotidianos” (FERRAÇO, 2007, p. 79). No desenvolvimento deste trabalho utilizamos, como dito anteriormente, a pesquisa-ação conforme THIOLENT (1986), a fim de embasar a metodologia, estruturando a forma de trabalho feita diante do cotidiano educacional, participando da observação ativamente, próximo dos protagonistas deste espaço, facilitando assim o desvendar dos caminhos a serem seguidos para melhor desenvolver a escrita do trabalho.

De acordo com a visão de GIL (2002), quando nos referimos ao processo de desenvolvimento laboral científico devemos nos preocupar com todas as suas fases: desde pensar o que é o ato de pesquisar e sua importância na sociedade como um todo e sua problemática, perpassando pela elaboração da temática a ser pesquisada até chegarmos nos procedimentos técnicos adotados para o desenvolvimento desta. Neste sentido, acreditamos que para desenvolver o trabalho dentro de uma visão condizente com a labuta educacional, corroboramos com o proposto por OLIVEIRA (1998) quando o mesmo diz que o pesquisador é um “artesão intelectual”, expondo como devemos proceder os caminhos da pesquisa. Percebemos, assim como Oliveira (1988) o faz, que os caminhos apontados por THIOLENT (1986) dentro da Pesquisa-ação, mesmo recebendo críticas, acaba por ser a melhor via em busca dos resultados almejados nesta empreitada científica. Compreendemos que este tipo de observação participativa é praticado por professores de maneira diária, dentro de uma ótica que harmoniza a compreensão dos conhecimentos prévios da academia juntamente com as deduções feitas no ambiente educacional.

Assim, baseados na pesquisa-ação não temos a pretensão de lançar uma visão parcializada sobre uma pretensa verdade intrínseca às relações, mas sim construir caminhos interpretativos que permitam problematizar o estudado e abrir novas vias de questionamentos e inquietações. Isso porque numa proposta de pesquisa baseada na realidade cotidiana consideramos que o conhecimento é construído nas interações entre os participantes do estudo, sendo que o pesquisador também é considerado dentro dessas interações.

Para o desenvolvimento da pesquisa *in lócus*, seguimos gradativamente um planejamento metodológico investigativo com as seguintes ações:

- ✓ observações não-estruturadas, integrando o “mundo” dos estudantes buscando entender a perspectiva destes personagens. Processo que se deu através de conversas informais nas salas de aulas, observação comportamental entre os membros pesquisados (com os alunos de 8º e 9º

anos) antes, durante e depois da abordagem em sala de aula com conteúdo de Geografia, Gênero e Sexualidade;

- ✓ entrevistas semiestruturadas, tendo assim a chance de ouvir os estudantes, gestores e professores que integram a comunidade escolar, reunindo as discursividades existentes na instituição. Conversando sobre a temática proposta na pesquisa com todos os membros da comunidade escolar e expondo os resultados preliminares a partir do trabalho dentro da disciplina de Geografia;
- ✓ construção de um organograma de memórias afetivo-espacial a partir das observações, depoimentos e trabalhos feitos pelos estudantes, que aponta os espaços de afetividade positiva do público LGBTQIA+ na escola. Produzido por estudantes que se identificam como LGBTQIA+ e são integrantes das turmas de 8º e 9º anos.

Desta maneira buscamos facilitar a sugestão de abordagens que suscitem a produção de memórias afetivas positivas aos estudantes LGBTQIA+, através do percebido em sala de aula e nos outros ambientes da escola, desta maneira podemos desenvolver conteúdos condizentes com a realidade de cada lugar, proporcionando um aprimoramento do olhar de pesquisador em nossas práticas.

Durante o processo de continuidade da pesquisa, foi conversado com a coordenação pedagógica da escola e posteriormente com os estudantes, que seria aplicado um questionário online, através da ferramenta Google Forms, para a renovação de dados coletados anteriormente durante o processo de pesquisa do Mestrado, para vermos de que maneira atualmente se apresenta o espaço escolar para os estudantes de 8º e 9º anos, como ainda de que forma os estudantes LGBTQIA+ se percebem na convivência e construção das relações afetivas no mesmo.

O atual questionário contou com vinte e quatro questões objetivas e subjetivas que buscavam fazer um levantamento sobre gênero, geografia e sexualidade. E ainda buscar entender como se desenham os relacionamentos familiares em torno dessas temáticas e de que forma os mesmos podem refletir na convivência cotidiana na escola.

3.3.Novas metodologias em tempos pandêmicos

Em dezembro de 2021 ainda enfrentávamos as consequências de vivermos com a pandemia de COVID-19, já havíamos adentrado o período de protocolos em formato híbrido após o período de aulas remotas. Desde o dia 22 de novembro de 2021 os estudantes das turmas de 8º e 9º anos (nosso público alvo) estavam em um processo de revezamento entre as formas presencial e virtual de aprendizado, onde seus grupos foram divididos ao meio e 50% do alunado iniciou suas aulas na referida data e os outros 50% passaram para a semana posterior.

Devido a essa nova realidade, que fez a comunidade escolar se adequar, tivemos que pensar e repensar como se desenvolveria o levantamento de informações importantes ao trabalho, que eram

a aplicação de questionários e entrevistas junto aos estudantes. Onde concluiu-se que os questionários seriam melhor trabalhados se aplicados no formato virtual, através do aplicativo de gerenciamento de pesquisas Google Forms, pois nele os usuários podem usá-lo para pesquisar e coletar informações de outras pessoas, bem como para aplicação de questionários e formulários de registro.

A aplicabilidade dos formulários foi feita após aviso prévio a coordenação pedagógica da escola e com aviso prévio em sala de aula, diretamente aos estudantes. Como ainda através de mensagem no grupo do aplicativo WhatsApp, onde constam a gestão escolar, professores, estudantes e seus responsáveis.

Após todos os devidos esclarecimentos, os questionários foram disponibilizados no dia 21 de dezembro de 2021, para as duas turmas de 8º e outras três turmas de 9º anos, permanecendo o link de acesso para resolução aberto por uma semana. Obtivemos um total de 89 respostas que foram distribuídas como sendo 23 correspondentes ao 8º A, 22 ao 8º B, 14 ao 9º A, 14 ao 9º B e 16 ao 9º C.

Como já estávamos no final do ano letivo e para a pesquisa se mostrava interessante um contato direto com todos os estudantes em sala de aula, não só para a aplicabilidade dos questionários, como ainda para esclarecimentos sobre a pesquisa e observações das relações afetivo-espaciais firmadas neste retorno híbrido, acreditamos que a tecnologia aplicada para receber as resposta, veio a contribuir de maneira positiva na facilitação do processo de tabulação do que foi perguntando e ainda na geração de gráficos e/ou tabelas, que foram feitas pelo próprio aplicativo, facilitando e agilizando a análise de resultados. No ano de 2021 tivemos nestas turmas um total de 157 estudantes, sendo distribuídos num total de 71 estudantes nos 8º anos e 86 nos 9º anos.

4. Resultados e discussões

Diante dos resultados obtidos através da aplicação do formulário online, constatamos de maneira clara uma baixa participação do grupo de estudantes, sendo mais expressiva a não participação dos 9º anos, que se mostraram apáticos durante não só a pesquisa, mas em todo o período letivo pandêmico. As respostas do questionário intitulado: “*A Memória Afetiva de Estudantes LGBTQIA+ no Ensino Fundamental II e o Espaço Escolar: O caso de uma Escola de Tempo Integral em Maracanaú - CE.*”, apresentou as seguintes respostas:

Tabela 01 – Faixa etária dos estudantes pesquisados na ECIM Presidente Tancredo Neves.

Faixa etária dos estudantes	
Idade	Total
12 anos	1
13 – 14 anos	66
15 – 16 anos	22
TOTAL GERAL	89 alunos

Fonte: Edjango L. Freitas (2021).

Tabela 02 – Etnia dos estudantes pesquisados na ECIM Presidente Tancredo Neves.

Você se considera de qual etnia?	
Etnia	Total
Branco	18
Preto	9
Pardo	60
Amarelo	1
Indígena	1
TOTAL GERAL	89 alunos

Fonte: Edjango L. Freitas (2021).

Tabela 03 – Sexo biológico dos estudantes pesquisados na ECIM Presidente Tancredo Neves.

Qual o seu sexo?	
Sexo biológico	Total
Feminino	49
Masculino	39
Intersexual	1
TOTAL GERAL	89 alunos

Fonte: Edjango L. Freitas (2021).

Tabela 04 – Identificação de gênero dos estudantes pesquisados na ECIM Presidente Tancredo Neves.

Com qual gênero você se identifica?	
Gênero	Total
Feminino	46
Masculino	38
Não binário	5
TOTAL GERAL	89 alunos

Fonte: Edjango L. Freitas (2021).

A baixa participação durante a resolução do questionário não debilitou o processo de análise do perfil socioafetivo dos estudantes durante o desenvolvimento da pesquisa, fazendo com que obtivéssemos as seguintes observações.

O nosso perfil sociocultural esboçou-se da seguinte forma, em meio as cinco turmas estudadas, dois oitavos anos (8º A e B – 45 estudantes) e três nonos anos (9º A, B e C – 44 estudantes) do Ensino Fundamental II, inteirando 89 estudantes partícipes. Suas idades oscilaram entre 12 à 16 anos, a maioria se identificou etnicamente como pardos (60), destes 49 do sexo feminino, 39 masculinos e 01 intersexual.

Quando indagamos “Com qual gênero você se identifica?”, obtivemos uma dessemelhança ao sexo biológico declarado na questão anterior, constatamos que o número de estudantes autoidentificados do gênero feminino foi um pouco menor comparado ao sexo biológico, como também tendo a queda de um ponto para o sexo masculino. Esta oscilação também estará diretamente relacionada com a identificação de uma pessoa intersexo e ainda aquelas que se identificaram como não binárias.

Essa divergência entre as informações expressadas nas duas tabelas (sexo biológico e identificação de gênero) nos mostra uma caracterização de conflitos na utilização de ambientes que imponham o sexo como referência para a circulação e/ou organização. Aqui levamos em

consideração para tal observação que o gênero é uma “classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo” (JESUS, 2012 apud FREITAS, 2021, p. 110).

Diante do exposto, observa-se que a construção da identidade de gênero destes estudantes não obrigatoriamente condiz com o sexo de nascimento, por tanto o espaço fica organizado considerando o sexo biológico nos ambientes escolares. Forçando através da visão limitada do viés generificado, que estas pessoas sejam compelidas a utilizarem ambientes que não se sentem à vontade, pois se reconhecem em consonância com sua percepção de pessoa.

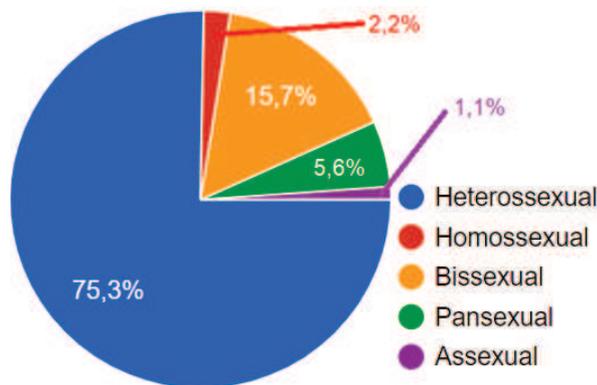
Como ação pública e ato performativo, o gênero não é uma escolha radical nem um projeto que reflete uma escolha puramente individual, mas também não é imposto nem inscrito no indivíduo, como argumentariam alguns deslocamentos pós-estruturalistas em relação ao assunto. O corpo não é passivamente roteirizado por códigos culturais, como se fosse um recipiente sem vida de todo um conjunto de relações culturais anteriores. O “eu” corporificado, no entanto, tampouco pré-existe às convenções culturais que dão fundamentalmente significado aos corpos. Os atores estão desde sempre no palco, dentro dos termos da performance. Assim como um roteiro pode ser encenado de diferentes maneiras, e assim como uma peça requer tanto texto quanto interpretação, também o corpo generificado atua em seu papel dentro de um espaço corporal culturalmente restrito, encenando interpretações dentro dos limites diretivos pré-existentes. (BUTLER, 2018, p. 11)

Presenciamos então performances que são criadas de acordo com a necessidade de sobrevivência social educacional destes estudantes, onde muitas vezes lhes são negadas a livre expressão de gênero, pois os mesmos são obrigados a representar o esperado pela heterocisnormatividade. Nas escolas as convenções culturais favorecem ao apagamento do que é contraditório ao padrão patriarcal, restringindo o crescimento e formação de personalidades livres, interferindo diretamente na afetividade dos que se identificam com LGBTQIA+.

Através de uma análise comparativa entre as tabelas 03 e 04 que existe um conflito oculto no uso dos espaços organizados por sexo biológico, onde os estudantes são compelidos a padrões generificadores e conseqüentemente sendo subjugados as imposições de âmbito cisnormativo. Negando a gênese de suas construções afetivoespaciais através do anonimato, evitando conflitos diretos com as regras impostas, optando pela invisibilidade.

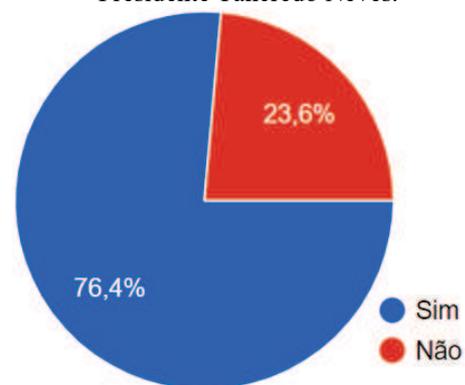
Quando indagados sobre “Qual a sua orientação sexual?” e “Você circula livremente por todos os Espaços Geográficos da escola onde estuda?”, obtivemos resultados que nos levam a questionar sobre a livre circulação para todos os estudantes, independentemente de sua sexualidade. Conseguimos comparar as respostas através dos gráficos:

Gráfico 01 – Autodeclaração de orientação sexual dos estudantes.



Fonte: Edjango L. Freitas (2021).

Gráfico 02 – Circulação pelos espaços geográficos da escola por parte dos estudantes pesquisados na ECIM Presidente Tancredo Neves.



Fonte: Edjango L. Freitas (2021).

Os dois gráficos apresentados anteriormente nos proporcionaram a noção de como estes estudantes percebem a utilização do espaço diário escolar em diversas circunstâncias de convívio coletivo. Nas aulas, nos intervalos, na prática de esportes, em jogos coletivos etc. E fica visível que a quantidade de alunos que não se sentem tolhidos (68) de sua ambientação na escola é equivalente a quantidade dos que se autodeclararam como heterossexuais (67).

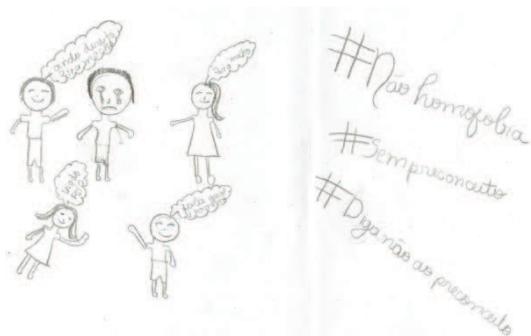
Tal análise foi feita através da comparação entre as inquirições do questionário, que tratam da orientação sexual e de que maneira esta interfere na livre circulação no ambiente escolar, estas foram: “Qual a sua orientação sexual?” e “Você circula livremente por todos os Espaços Geográficos da Escola onde estuda?”. Nas duas perguntas vemos que um total de 75,3% dos estudantes são heterossexuais, por tanto não devem encontrar nenhum tipo de dificuldade em frequentar espaços seccionados pelo sexo biológico. Condizendo com a maioria de 76,4% que responderam não ter problemas de circulação dentro da escola, ou seja, não são atingidos diretamente pela divisão de gêneros e nem são incomodados por não se encaixarem nas imposições patriarcais.

Não se espera desse grupo majoritário que não ajam diferente de sua vivência, masculina para os homens e feminina para as mulheres. Dentre a percepção espacial tida pela maioria que se encaixa no “padrão” social, não se tem um estranhamento, pois os mesmos não encontram obstáculos para interagir com o ambiente escolar, que é pensado para esses estudantes heterossexuais e cisgêneros.

Através da aplicação do questionário, entrevistas e conversas informais, ainda conseguimos perceber que as memórias dos estudantes LGBTQIA+, assim como os demais, passam a ser construídas através das suas relações de convivência cotidianas. Onde foram expressadas por meio de trabalhos produzidos pelas turmas de 2019, através da pesquisa de mestrado “Territorialidades LGBTQIA+ na Educação Básica: A Oficina Geográfica de Gênero e Sexualidade como Ferramenta de Luta e Resistência”.

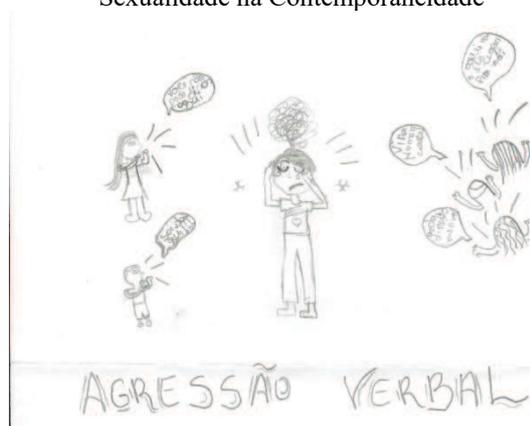
As expressões artísticas diversas feitas durante as atividades, colocam claramente como o grupo de indivíduos pesquisado se sente sobre situações que exprimem LGBTQIA+fobia. Situações percebidas ao longo das aulas, intervalos e os vários momentos de interação social proporcionados pela escola, como podemos vislumbrar a seguir.

Figura 01 – Tirinha feita por estudante – L. F. – 9º B – 2019.



Fonte: Edjango L. Freitas (2019).

Figura 02 – Tirinha feita por estudante – L. L. – 9º B – 2019 Atividade da Oficina Geografia, Gênero e Sexualidade na Contemporaneidade



Fonte: Edjango L. Freitas (2019).

As duas figuras expressas em tirinhas, onde casam desenhos e falas, nos trazem a representatividade do quão doloroso pode ser a livre expressão de gênero em um ambiente construído para atender as necessidades heterocisnormativas. A vivencia coletiva aqui representa a opressão imposta pela padronização de uma postura comportamental masculina hegemônica, pois nas duas figuras tem-se como principal vítimas, meninos afeminados.

Figura 03 – Texto redigido por estudante – E. G. - 9º B – 2019.

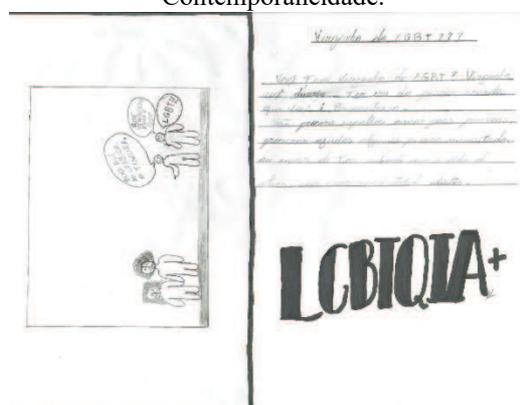
LGBT

LGBT é a sigla utilizada para denominar pessoas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros.

Muitas pessoas têm muito preconceito com as pessoas LGBT, na maioria é em relação aos transexuais, mas também sobre isso a muito Injustiça também, muitos alunos sabem com isso principalmente os que já são assumidos, e tem uns que tem medo de se assumir, pelo fato de os que já são assumidos sendo discriminados, na maioria tem muitos apêndices de pessoas também isso machuca muito, por isso que temos que aceitar todos as pessoas LGBT.

Fonte: Edjango L. Freitas (2019).

Figura 04 – Tirinha e depoimento feitos por estudante – M. I. S. L. - 9º A – 2019 Atividade da Oficina Geografia, Gênero e Sexualidade na Contemporaneidade.



Fonte: Edjango L. Freitas (2019).

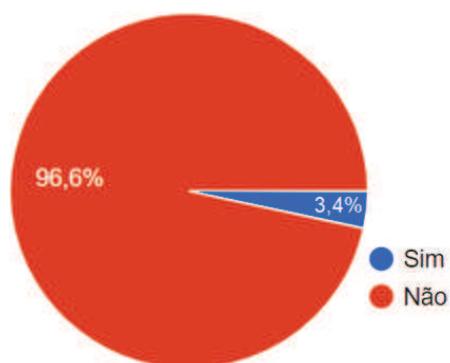
Diante do exposto pelas figuras 03 e 04, temos em forma de depoimentos, sentimentos que refletem o não conformismo em relação a exclusão sofrida por estudantes LGBTQIA+ devido a sua

sexualidade. A indicação pela busca de melhoria no tratamento dispensado a essas pessoas, para que não vivam negando sua existência e quando a assumirem, não precisem enfrentar obstáculos por serem donos de suas verdades.

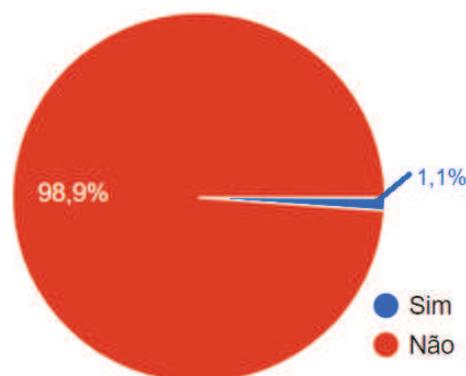
As quatro representações feitas por estudantes diante das indagações apresentadas sobre o espaço escolar e a liberdade de utilização por educandos LGBTQIA+, mostram a preocupação com a formatação de um ambiente mais salutar para todas as sexualidades e identidades de gênero. Consequentemente aquele propício para edificar boas lembranças afetivas, não ligadas ao preconceito e rejeição.

Quando perguntados através do questionário: “Você tem algum tipo de preconceito?”, a grande maioria dos pesquisados 96,6%, responderam que não e ainda através da pergunta: “Você se considera uma pessoa LGBTfóbica?”, onde esse número passa a ser de 98,9% respondendo que não, como podemos visualizar a seguir:

Gráfico 03 – Você tem algum tipo de preconceito? **Gráfico 04** – Você se considera LGBTfóbico(a)?.



Fonte: Edjango L. Freitas (2019).



Fonte: Edjango L. Freitas (2019).

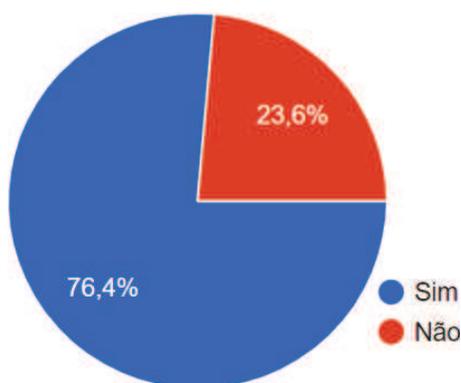
Esses resultados obtidos através do questionário e representados nos gráficos apresentados anteriormente, fundamentam coadunam com o pensamento de que mesmo os estudantes LGBTQIA+ sendo minoria, o grupo pesquisado pensa na construção de um ambiente livre de preconceitos baseados na orientação sexual.

Contudo, como a escola é conduzida pelos padrões sociais patriarcais, esses dados acabam por não serem “respeitados” e não influenciando positivamente na criação das memórias afetivas dos estudantes LGBTQIA+. Por serem criadas em meio aos percalços impostos pela cisnormatividade, que rege o ambiente escolar.

Desta maneira forçando muitas vezes e inexpressividade deste grupo específico de educandos, não os anulando, mas colocando-os como coadjuvantes de histórias amorosas, apresentações artísticas, integração em esportes coletivos, oratória em público dentre outras posições de destaque que fazem parte do processo de construção dos indivíduos no espaço escolar.

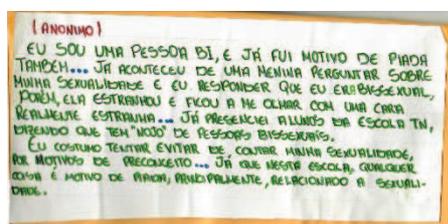
Tal apagamento participativo destes estudantes acaba surgindo através de como pensamos o cotidiano escolar, em meio ao dualismo do masculino e feminino, cobrado em suas posturas socioespaciais. O que é esperado destes indivíduos pela coletividade, mesmo que essa se coloque como não preconceituosa, vem de “maneira naturalizada” através da estrutura social que reproduz a cobranças de comportamentos heterocisnormativos, a invisibilidade acaba sendo o refúgio, como podemos perceber através deste depoimento que força os dados do gráfico 05.

Gráfico 05 – Você circula livremente por todos os Espaços Geográficos da Escola onde estuda?



Fonte: Edjango L. Freitas (2019).

Figura 05 – Depoimento anônimo concedido por estudante – 2019.

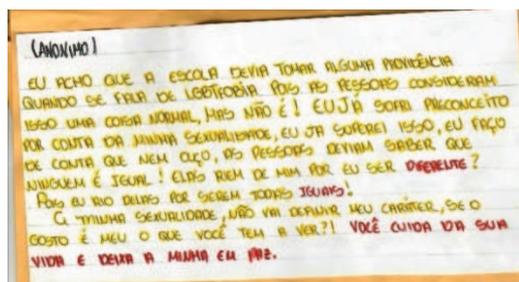


Fonte: Edjango L. Freitas (2019).

O gráfico anterior trás como informação que 23,6% dos estuantes não se sentem livres para se exporem, circulando livremente, por todos os ambientes escolares. Subentende-se que esses optem pela invisibilidade para evitar confrontos diretos, pois na figura 05 temos em forma de depoimento que a omissão sobre a sua sexualidade evita confrontos diretos com aqueles que não concordam que os outros saiam da padronização social preestabelecida.

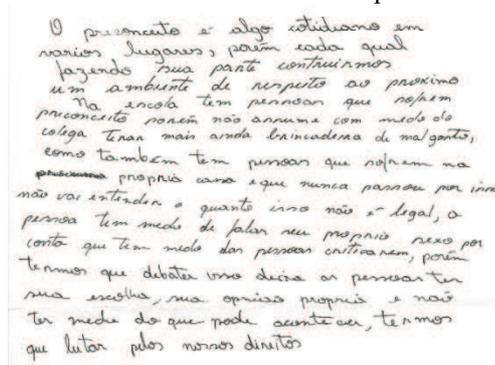
Essas constatações foram expressas durante distintos pontos da pesquisa e chegando a serem reforçadas através de depoimentos como os que trouxemos a seguir:

Figura 06 – Depoimento anônimo concedido por estudante – 2019.



Fonte: Edjango L. Freitas (2019).

Figura 07 – Depoimento feito por estudante – R. C. - 9º B – 2019 Atividade da Oficina Geografia, Gênero e Sexualidade na Contemporaneidade.



Fonte: Edjango L. Freitas (2019).

Tanto os depoimentos como as expressões artísticas apresentadas retratam uma preocupação sobre a LGBTQIA+fobia, sendo colocado em sala de aula, através das discussões levantadas durante o processo de esclarecimento feita antes da aplicação dos questionários, também durante a produção das atividades no período de aplicação da OGGSC - Oficina Geográfica de Gênero e Sexualidade na Contemporaneidade.

Diante de todas as colocações feitas pelos estudantes pesquisados, expressas através não só do questionário online, como ainda durante a construção dos depoimentos e trabalhos artísticos, nos colocamos a pensar de acordo com umas das indagações feitas aos mesmos: “Como deve ser um Espaço Geográfico escolar socialmente democrático para todos os gêneros e sexualidades?”. Através destas ricas contribuições e nossas observações podemos concluir através de suas falas que para um ambiente escolar proporcionar memórias afetivas salutaras para todos, deve ser trabalhado constantemente através das discussões pautadas na inclusão e respeito a diversidade.

Segundo a seguinte afirmação: “*É preciso considerar os diferentes gêneros em um mesmo ambiente para articular a noção de gênero, corpo e sexualidade, sendo assim, deve ser escolhido, de forma que haja o reconhecimento, respeito e diálogo entre diversidades.*” (Resposta dada por estudante que participou da pesquisa, de maneira anônima – dezembro de 2021).

Desta maneira podemos perceber que o público atual que forma as turmas de 8º e 9º anos da ECIM Presidente Tancredo Neves, os mesmos que estão passando pelo processo de adaptação diante da pandemia de COVID – 19 e da mudança para a metodologia cívico-militar, mostram-se abertos ao respeito mútuo e são sensíveis as necessidades latentes na sociedade contemporânea, que buscam uma adequação entre falas e construções espaciais.

Dentre os estudantes heterossexuais existem aqueles que se destacam através de atitudes preconceituosas, como podemos observar através das atividades e depoimentos, aqueles que delimitam ambientes colocados no organograma como hostis. Podendo inclusive servir de palco para expressar machismos e preconceito de maneira deliberada, afastando aqueles que não condizem com este perfil através da verbalização de ofensas e/ou agressão física.

O organograma nos apresenta que as localidades onde há a presença de uma autoridade escolar, representada na maioria das vezes por algum professor ou professora, gestão pedagógica e demais funcionários da escola, não possibilitam declaradamente práticas violentas, sendo considerados lugar seguro para os estudantes LGBTQIA+, como por exemplo a biblioteca, a direção da escola etc.

De acordo com as observações realizadas no desenvolvimento deste trabalho, acreditamos que contribuirão para a manutenção de um espaço escolar benéfico, edificador de afetividades positivas e de resistências que fortaleçam as relações de respeito no espaço escolar, deixando claro que a abordagem de gênero deve atender as novas necessidades contemporâneas. Agregando ao currículo educacional referências a luta contra todos os preconceitos e valorização do povo

LGBTQIA+, colaborando favoravelmente no enfrentamento de conflitos, no ambiente escolar e na sociedade brasileira.

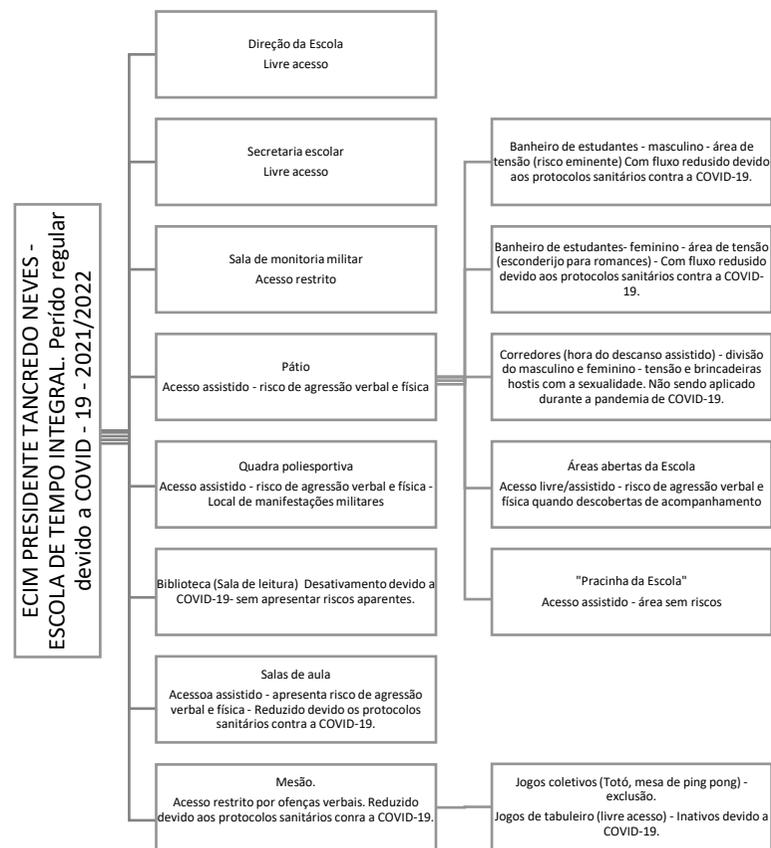
Quando confrontamos os dados colhidos pela atual pesquisa com a realizada no mestrado, ainda em 2019, temos um comparativo que acreditamos ser aparentemente menos nocivo para os estudantes de orientação sexual e identidade de gênero divergentes das hegemônicas. Quando perguntamos sobre a questão do preconceito, por exemplo, tínhamos um percentual de 100% dos estudantes que se diziam preconceituosos, sendo homofóbicos, pois estes se mostraram em mesma quantidade como avessos a pessoas gays. Nos dados atuais da pesquisa, coletados em 2021, esse percentual não é apontado, subentendendo que os atuais pesquisados se mostram mais tolerantes a pessoas gays. Segundo FREITAS (2021):

As respostas obtidas mostram que do total, apenas 17% dos estudantes apresentam algum tipo de preconceito, valor pequeno que foi massivamente superado pelo número que alegou não ter (70%). Porém, quando comparamos com a pergunta “Se sim, qual o seu preconceito?” do questionário, vemos que os “sim” correspondem a 100% dos tipos de preconceito, apontando a homofobia. Esta resposta é reafirmada quando perguntamos, “Na sociedade em geral, que tipo de pessoas não lhe agradam?” e a mesma quantidade dos estudantes respondem que não gostam de gays. (FREITAS, 2021, p. 112)

Os resultados aqui apresentados nos levam a crer que a construção de memórias afetivas salubres por parte dos estudantes LGBTQIA+ diante de uma realidade pensada para atender a cisnormatividade, os leva a não terem o aproveitamento do ambiente escolar da mesma maneira que os demais autodeclarados heterossexuais, implicando desta maneira no apagamento social e conseqüentemente na construção de memórias afetivas totalmente divergentes com as percebidas pela maioria dos educandos.

Perante todas as observações feitas e discussões levantadas, conseguimos confeccionar um organograma que exprime como é feita a leitura espacial da escola pelos estudantes, fazendo com que tenhamos um esboço de suas vivências.

ORGANOGRAMA DE DISPUTAS TERRITORIAIS DOS ALUNOS LGBTQIA+ NA ECIM PRESIDENTE TANCREDO NEVES – MARACANAÚ/CE.



Fonte: Edjango L. Freitas (2022)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a afetividade expressa no espaço escolar, diante das vivências de estudantes LGBTQIA+ demanda de nós educadores uma visão mais terna as nuances que classificam pessoas por gênero e não por suas habilidades e conhecimento. Foçando que nos coloquemos mais adiante das visões castradores impostas pela sociedade patriarcal, melhorando nosso preparo didático, potencializando a disposição e entusiasmo para nos mostrarmos solidários às dificuldades enfrentadas por esse alunado e que surgem no decorrer de nossa prática.

Colocando-nos disponíveis perante as várias temáticas que necessitam ser debatidas para a quebra da normalização heterocisgeneridade, assim colocando esses estudantes como protagonistas de suas histórias e reconquistando com eles o direito ao espaço escolar saudável, aquele que favoreça a formação de lembranças afetivas positivas e sem preconceitos. Inclusive favorecendo as falas que são negadas dentro da grade do estudo formal não só em sala de aula, como ainda galgando outros espaços educacionais na rede de ensino onde atuemos.

Necessitamos urgentemente de uma formação humana contemporânea que discuta naturalmente a pauta da diversidade, retificando o processo de ensino e aprendizagem reparatória, contribuindo através de alterações significativas e necessárias em currículos escolares, tencionando a atual conjuntura e possibilitando uma educação de gênero e sexualidade que seja efetivamente inclusiva.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** Brasília-DF: Flacso -Brasil, OEI, MEC, 2015.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

Associação Brasileira de Antropologia. **Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga.** Criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

BUTLER, Judith. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista** [1988]. Caderno de Leituras, n. 78, 2018.

DINIZ, Debora. **Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios.** Ciência & saúde coletiva, v. 13, p. 417-426, 2008.

Entrevista: Cláudia Fonseca. [Entrevistada: Cláudia Fonseca. Entrevistador: Cristhian Cajé. Câmera e áudio: Verônica Mackoviak. Edição: Andreia Aparecida Vicentini]. Agosto de 2014, 29º RBA – Natal (RN). 1 vídeo. Publicado pelo canal TV ABA. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L46-mYw4wRE&t=396s>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Pesquisar com o cotidiano.** Educação e Sociedade. Campinas, v. 28, n. 98, jan./abr. 2007, p.73-95. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 28 de fev de 2018

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber** / Michel Foucault: organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta: tradução, Vera Lucia Avellar Ribeiro. - 2.ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREITAS, Edjango Lima. **Territorialidades LGBTQIA+ na Educação Básica: A Oficina Geográfica de Gênero e Sexualidade como Ferramenta de Luta e Resistência**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Natal – RN: p. 140. 2021.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, Denilson. **Por uma nova invisibilidade**. Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 458. (Coleção Educação para Todos, vol. 32), UNESCO, 2009.

PRADO, Verônica. **Ceará foi o único estado do Nordeste a aderir ao Programa de Escolas Cívico-Militares**. Diário do Nordeste, Fortaleza, 01 de out. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/ceara-foi-o-unico-estado-do-nordeste-a-aderir-ao-programa-de-escolas-civico-militares-1.2156183>. Acesso em: 13 jan. 2022.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Caminhos de construção da pesquisa**. OLIVEIRA, Paulo S. Metodologia das ciências humanas. São Paulo: Hucitec, 1998.

Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social. Relatório Submetido ao Mandato do Perito Independente das Nações Unidas sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e Direitos Humanos por: ABIA - Observatório de Políticas de Sexualidade; Ação Educativa; Gênero e Educação; Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT); Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA); Conselho Latino Americano das Mulheres - (CLADEM/Brasil); CONECTAS Direitos Humanos; Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais; IPAS. 2021. disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>>. Acessado em: 01 de dezembro de 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. – 4ª. ed. 2ª. reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JR, A. Baptista. **Geografias malditas. Corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA, Janice Aparecida de. **Estratégias de escolarização de homossexuais com sucesso acadêmico**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Conhecimento e Inclusão Social em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2013.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação** / Michel Thiollent. -São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNILAB. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da Unilab Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira.** Sistema de Bibliotecas da Unilab. - Acarape, CE, 2020. 44p.: il. color.